



22/12/2015 14:12 - “Rondônia vai melhorar muito e se tornar o melhor estado do norte brasileiro”, afirma historiador Dante Fonseca

O professor de história da Universidade Federal de Rondônia (Unir), doutor em ciências do desenvolvimento ambiental e acadêmico de letras Dante Ribeiro da Fonseca está convicto: “Rondônia vai melhorar muito e se tornar o melhor estado do norte brasileiro”.

Segundo o autor do livro *Estudos de História da Amazônia*, a sensação geral das pessoas é de que a boa terra e a produção pressupõem conquistas, devido a dois fatores fundamentais: colonização recente e localização estratégica [proximidade dos estados do Acre e Amazonas e fronteira à Bolívia].

Ao mesmo tempo em que enfatiza o aspecto econômico, o professor alerta para a volta de latifúndios e se compromete com a valorização cultural indígena, especialmente na fronteira Brasil-Bolívia.

A localização estratégica por ele mencionada inclui o sistema rodoviário rondoniense, formado por 23,1 mil quilômetros de rodovias municipais, estaduais e federais, dos quais, 4.098,4 quilômetros de rodovias planejadas.

Pela Rodovia Interoceânica, que liga o noroeste brasileiro aos portos de Ilo e Matarani (Peru), no Oceano Pacífico, Rondônia consolidará sua estrutura logística de transportes rumo ao mercado andino, estimado em 103 milhões de consumidores.

Estudo feito pelas secretarias de agricultura e de planejamento, orçamento e gestão aponta vantagens: 1) redução de 25% a 30% nos custos logísticos, dias de transporte e frete internacional para Ásia; 2) maior intercâmbio com países fronteiriços e incremento do turismo; 3) redução da distância até os portos exportadores: para Santos, são 3,3 mil quilômetros, até Ilo são 2,07 mil; 4) redução de dias de transporte de produtos rondonienses entre o porto de Santos e Yokohama (Japão): 12,2 mil milhas em 45 dias, para 8,5 mil milhas em 34 dias, entre Ilo e aquele porto japonês.

“Pouco mais de três décadas atrás, Rondônia estava se acabando e só tinha o PIC Ouro Preto como referencial”, afirma Dante Ribeiro referindo-se ao projeto integrado de colonização do Incra em Ouro Preto do Oeste, numa das zonas de influência da rodovia BR-364.

Projeta-se ainda a construção da Ferrovia Transcontinental [pelo Ministério dos Transportes e Valec Engenharia] no trecho de 770 quilômetros entre Vilhena e Porto Velho, para o escoamento da produção de grãos e da agroindústria de algumas regiões de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul até a Hidrovia do Madeira.

O sistema hidroviário de Rondônia tem 1.056 quilômetros navegáveis nos rios Guaporé, Machado e Madeira.

“Na verdade, o crescimento do antigo território federal e a aspiração do estado começavam nos anos 1970, quando a ex-rodovia BR-29 fazia aumentar o plantio de arroz, feijão, tratores, e fortalecia uma elite latifundiária que chegara na sequência do ciclo extrativista”, analisa Ribeiro.

“Em 1985 já contávamos com 25 anos de intensa colonização, e dentro dos seus fracassos ela criou uma casta de pequenos e médios produtores que desapareceram, favorecendo depois a volta da concentração de terras por causa da soja”, prossegue.

Para o professor, o rearranjo fundiário transfere para o Guaporé, abrindo espaço à leguminosa. O governo estadual busca diminuir antigas pendências do Incra, por meio do Programa Título Já, pelo qual já regularizou 8,3 mil imóveis rurais entre 2011 e 2014 e georreferenciou 13,4 mil.

Em Rondônia desde 1984, Ribeiro lembra que ao chegar do Rio de Janeiro tinha como referências do estado apenas o Forte Príncipe da Beira e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. De lá para cá, alguns projetos o entusiasmaram. “Antes de a Secretaria Estadual de Educação apoiar a educação indígena, eu já defendia a formação de professores indígenas”, exemplifica.

Professor Dante Ribeiro alerta para o perigo da devastação

FORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL

Em parceria com os professores Dorisvaldo Nunes, Fábio Cassara e Antônio Cláudio Rabello, o historiador lançará em 20 de fevereiro de 2016 uma coletânea do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) patrocinada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que descreve a formação histórica regional.

Nesse trabalho, a equipe enfatizará Rondônia. “A cavalgada, por exemplo, não é festa própria de Nova Mamoré, sinal de que a pecuária avançou por lá”.

Para Ribeiro, se ocorrerem muitas queimadas nessa região, os resultados podem ser “desastrosos”. “O rio Guaporé é raso, e com a derrubada de matas ciliares fatalmente viria o assoreamento, originando um só pântano entre o Brasil e a Bolívia”, alerta.

Fala do Beni [rio da Amazônia Boliviana], cujo regime de chuvas em suas cabeceiras influencia diretamente a cheia do rio Madeira: “Ele era desconhecido até 1880 e sua navegabilidade só fora descoberta pelo médico inglês Edwin Heat”.

Rondônia e o SPI

Cartas, telegramas, um recorte de jornal, um título de eleitor, totalizando 24 documentos obtidos do escritor Eduardo Constantino Borzacov possibilitaram ao professor Ribeiro reconstituir a correspondência entre o então capitão Aluizio Ferreira [ex-presidente da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e ex-governador do Território Federal do Guaporé] e o tenente João Rivorêdo, no período de 20/2/1929 a 21/10/1930.

Nesse mesmo conjunto, ele estudou a vida do marechal Cândido Rondon e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em Guajará-Mirim, na década de 1930. “Sem saber da importância, a filha do tenente Rivorêdo iria queimar esses documentos em Belo Horizonte (MG); já havia feito isso com outros papéis”, espanta-se.

Borzacov foi quem intercedeu para o resgate dos documentos, levando-os para Porto Velho, onde se encontram copiados para o meio digital.

“O conteúdo trata de maneira geral de aspectos variados da vida diária da administração dos indígenas em Guajará-Mirim entre 1929 e 1937, e a sua importância é maior porque se situa no contexto da Revolução de 1930 e as tentativas, a partir desse ano, de reorganização do SPI”, destaca.

Identidade em risco

É rica a literatura a respeito da Amazônia na região fronteira entre a Bolívia e o Brasil. Dante Ribeiro menciona como exemplo, romances do escritor Alcides Argueda. “Sabem tanto de Amazônia quanto nós”, constata o professor.

Portugal, “país pequeno”, de história conturbada e que constrói a população colonial a partir do índio e do negro está bem presente nos estudos do professor Ribeiro. “Eles *atomizavam* o indivíduo para lhe retirar a identidade e elegiam os mais doces para então uniformizá-los; isso ocorreu com o povo Yourubá, na África, e com a Nação Tupi, no Brasil”, diz.

“Do lado boliviano, a língua original é reservada, enquanto em nosso País predomina a língua geral”, observa Ribeiro.

Segundo ele, a língua nheengatu [quase extinta], pode ter sobrevivido num dos povos indígenas da região de Humaitá. Até a primeira metade do século 19 a principal língua amazônica era o nheengatu, que significa “boa fala”. A partir de 2002, o nheengatu e o baniua foram reconhecidos como línguas oficiais brasileiras no município de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Segundo ele, o nheengatu foi a língua geral da Amazônia, falada nos núcleos urbanos, cidades, vilas, povoações, muito mais do que o português. Foi o meio de comunicação entre os índios de línguas vernáculas distintas. Só na virada do século 20 seria possível afirmar que o português se tornara a língua hegemônica. Hoje se falam quase 200 línguas no Brasil.

Ela língua surgiu a partir do tupinambá do Pará e Maranhão, que muitos colonizadores já conheciam e por meio do qual conseguiram comunicar-se com povos de língua semelhante na Amazônia. Com reprodução inicial espontânea, o tupinambá foi se transformando e distanciando do tupinambá original no contato com as línguas vernáculas (dos muitos povos indígenas da Amazônia) e com o português dos colonizadores, e aos poucos se tornou objeto de política deliberada nas escolas.

Mito falantes

Com a professora linguista da Unir, Geralda Angenot, o professor Dante Ribeiro estudou mitos dos últimos falantes da língua moré em Guayaramerín [Beni, Bolívia] para publicação na revista *Igarapé*, do curso de letras.

Entre as lendas, ele menciona uma dos índios Arara, publicada bilingue. “É um trabalho minucioso, porque as lendas deles são mais difíceis de entender que as gregas”, comenta.

Geralda e Ribeiro filtraram crenças e mitos. Uma das constatações entre esse povo: quem sabia fazer artesanato se

mantinha tribal, quem não soubesse, “virava branco”.

PACAÁS NOVOS

Hoje denominação do principal prédio do Complexo Palácio Rio Madeira [sede do Governo de Rondônia], o povo indígena Pacaás novos foi atraído para o Forte Príncipe da Beira, então Mato Grosso.

O historiador está explorando o teor dessa correspondência com a preocupação de enfatizar a difícil administração do SPI em conturbado período da vida brasileira.

“É preciso melhor ambientar a correspondência, que por si apenas é insuficiente para situar o leitor nos episódios nela tratados. Supõe-se que o governo revolucionário hostilizou Rondon, boicotando o SPI, como revanche pela não participação dele no movimento de 30”, explica.

Ribeiro remontará o início da República Velha à pessoa do marechal, cuja carreira militar começara em novembro de 1889.

Fonte: Secom - Governo de Rondônia

Notícias RO